

HABEAS CORPUS Nº 548.773 - RO (2019/0357690-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ALAN DOS SANTOS BARBOSA
ADVOGADO : ALAN DOS SANTOS BARBOSA - AC004373
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
PACIENTE : RENAN DAS NEVES CAVALCANTE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

DECISÃO

RENAN DAS NEVES CAVALCANTE alega sofrer constrangimento ilegal diante de decisão proferida por Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, que indeferiu a medida urgente pleiteada no HC n. 0804001-45.2019.8.22.0000.

Verifico a impetração anterior do **HC n. 541.830/RO**, contra o mesmo ato coator aqui impugnado, com idênticas partes, causa de pedir e objeto. Ressalto que indeferi liminarmente o *writ* nos seguintes termos:

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, “c”), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão de desembargador que nega pedido de liminar.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite a excepcional superação do rigor da Súmula n. 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que - salvo hipóteses excepcionais - pedidos de habeas

corpus ainda não apreciados por um órgão colegiado, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, por magistrado que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta e natural, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, os quais, premidos pelo dever de prestar jurisdição, acabam por sacrificar as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas instâncias ordinárias.

O **prejuízo** derivado da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações judiciais alcança, vale acentuar, tanto os **jurisdicionados em geral quanto o próprio postulante da tutela de urgência, em vista da possibilidade de que o antecipado e precário exame da matéria objeto da postulação acarrete**: (a) o **retardo** no deslinde das centenas de postulações regularmente endereçadas à Corte Superior, **anteriormente distribuídas** (com prioridade temporal, portanto), que têm **igual relevância temática** e observaram o devido trâmite de instâncias; (b) **eventual repercussão** no reexame futuro da questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os argumentos explicitados na impetração.

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar maior

equilíbrio entre o fundamental direito de acesso ao Judiciário e o dever funcional de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça.

No caso dos autos, o Magistrado de primeira instância, ao convolar o flagrante em prisão preventiva, destacou, além dos indícios de autoria a "apreensão de um revólver calibre 38, marca Taurus, um aparelho celular, 03 porções de substância esverdeada, aparentemente droga do tipo maconha, balança de precisão, munições e vários apetrechos [...] a diligência originou-se de cumprimento de mandado de prisão em seu desfavor [...] **o flagranteado está em cumprimento de pena** e reitera na prática de crimes, perturbando a ordem pública e paz social" (fl. 22, grifei).

A prática de ilícito penal durante o cumprimento de pena por crime anterior, agravada pela arma, munições, drogas e os apetrechos apreendidos evidenciam o *periculum libertatis*, a ensejar, por conseguinte, a manutenção da custódia cautelar para **assegurar a ordem pública**, além de inviabilizar a substituição da prisão por medidas diversas.

Assim, **inexiste ilegalidade flagrante** no indeferimento do pedido de urgência pelo Tribunal estadual, **que autorize a mitigação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal**, razão pela qual não há espaço para a imediata interferência deste Superior Tribunal de Justiça.

Caracterizada, portanto, a **mera reiteração de pedidos**, este pleito não merece prosseguir.

À vista do exposto, **não conheço do habeas corpus**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator